



Aluno: Caique Anjos de Souza

R.A: 214196

Orientador: Lucas Azeredo da Silva Teixeira – Professor Doutor do Instituto de Economia da Unicamp

Local de Execução: Instituto de Economia (IE) - Unicamp

Vigência: Agosto de 2019 – Setembro de 2020

## PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

### CRESCIMENTO E MUDANÇA NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL ENTRE 2003-2010

#### 1- RESUMO

A economia brasileira passou por mudanças importantes no começo do século XXI no que diz respeito ao crescimento e a distribuição de renda, influenciada fortemente por questões externas e internas favoráveis. A política de valorização do salário mínimo é tida com quase consenso entre os economistas como importante instrumento da inclusão social ocorrida nesse período, por transferir renda e aumentar o poder de compra de uma parte desfavorecida da população, impulsionando um rápido crescimento econômico via aumento da demanda agregada. Nesse contexto, o trabalho abordou a relação entre distribuição de renda e crescimento econômico no período 2003-2010.

#### 2- MÉTODOS

O presente trabalho teve como propósito fazer uma resenha da literatura acerca da distribuição de renda e crescimento no Brasil, abrangendo o período de 2003- 2010, para levantar e buscar responder quais foram os principais fatores que levaram a essa grande mudança na economia brasileira - quando levado em consideração as décadas anteriores de queda na participação dos salários sobre a renda e baixo crescimento econômico. A melhora no cenário internacional colaborou para um alívio da restrição externa e para que ocorressem “as pequenas mudanças na orientação da política econômica doméstica”, tal como apontado por Serrano e Summa (2011). Assim, a análise do crescimento econômico entre 2003 até 2010 foi estruturado através de três principais pilares, sendo eles: o consumo induzido das famílias – por meio das políticas de crédito, investimentos públicos e as políticas de distribuição de renda, sendo os principais elementos levantados pela literatura empírica. Além disso, foi destacada uma seção para mostrar a importância das políticas de valorização do salário mínimo e dos benefícios e transferências sociais que contribuíram para a redução da desigualdade de renda. Conjuntamente com os níveis de inflação controlados, essas políticas proporcionaram um aumento no poder de compra dos mais pobres, alavancando o crescimento econômico do período, através do aumento da demanda agregada e consequentemente um aumento dos investimentos privados.

Para tornar possível o alcance dos objetivos propostos, foi feita uma ampla revisão bibliográfica da literatura acerca do crescimento e distribuição de renda que houve no Brasil durante o período de 2003 a 2010 e seus antecedentes, de forma a compreender e levantar os diversos fatores que influenciaram nessa transformação recente, e suas eventuais críticas. Dessa maneira, o foco foi na produção acadêmica sobre o período, publicada na forma de artigos científicos em periódicos, textos para discussão e livros.

#### 3- RESULTADOS

Nessa pesquisa com foco para revisão bibliográfica sobre o último ciclo de crescimento econômico brasileiro, foi abordado a importância sobre as políticas de distribuição de renda no país

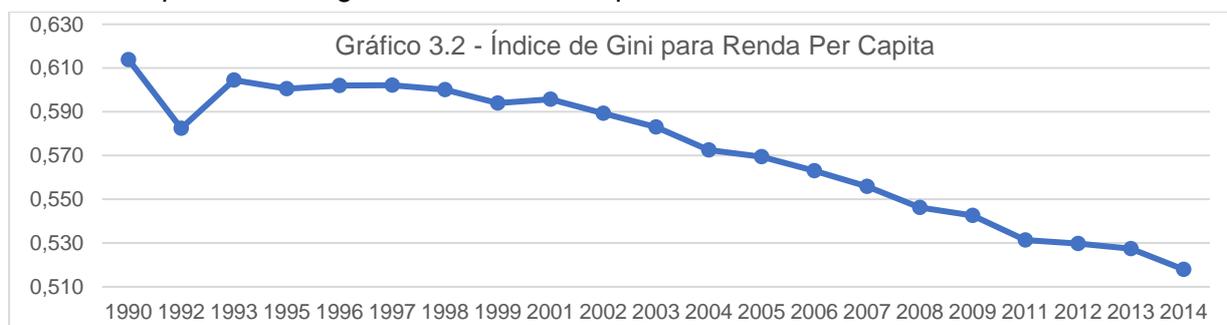
e as suas principais contribuições para a grande expansão do crescimento econômico. A razão é dada pela ênfase dada pela produção acadêmica para a importância que as medidas de distribuição de renda tiveram nessa “breve era de ouro” da economia brasileira, que buscou reduzir as desigualdades sociais conjuntamente com um maior crescimento econômico, devido ao aumento da renda e demanda agregadas, causando um aumento do consumo e investimento (CARNEIRO, 2010; IPEA, 2011; SERRANO e SUMMA, 2011; BARBOSA FILHO, 2013; CARVALHO e RUGISTKY, 2015; MEDEIROS, 2015b; ROSSI e MELLO, 2016; SABOIA e HALLAK NETO, 2018).

Assim, o Programa Bolsa Família, a maior abrangência dos benefícios assistenciais e previdenciários, aliados com a política de valorização do Salário Mínimo (S.M) e a dinâmica do mercado de trabalho, geram grandes efeitos sobre o aumento do consumo das famílias e a expansão dos investimentos públicos em infraestruturas além da grande expansão do mercado de crédito, contribuindo para o aumento da demanda agregada como um todo. O crescimento real do salário mínimo a partir de 2005 fruto das negociações com as Centrais Sindicais, que passaram a ter maior poder de barganha nesse período, tal como mostrado no gráfico 3.1, contribuindo para aumentar o poder de compra da população brasileira (SERRANO E SUMMA, 2018).



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego; Elaboração Própria

Há mudança nos indicadores de distribuição de renda, medidos através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O índice de Gini para Renda mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor varia de zero até um, com zero significando uma inexistência da desigualdade de renda, e um representa que uma pessoa detém toda a renda da sociedade. Os dados presentes no gráfico 3.2 indicam uma trajetória sucessiva da queda da desigualdade de renda a partir do ano de 2002.



Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração Própria

Tal como abordado nos parágrafos anteriores, o crescimento econômico entre 2003 até 2010 foi influenciado fortemente pelas políticas de distribuição de renda, tais como a valorização do salário mínimo, programas assistenciais e de seguridade social. O pilar de distribuição de renda, que foi mais detalhado na primeira parte da pesquisa, teve um papel importante no período, ao aumentar o poder de compra das classes mais baixas da população, que tem alta propensão a consumir. Assim, no período 2003-2005, foi instituído o PBF em 2003, e a política de valorização do salário mínimo foi negociada com as Centrais Sindicais para vigorar entre 2005 até 2011. Os benefícios assistenciais e previdenciários foram expandidos no período, além de ter tido uma grande mudança na trajetória do emprego formal, contribuindo para a melhora na distribuição de renda.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, Cardoso Junior (2009) conclui que o Estado contribuiu no período 2001-2005 para uma trajetória de geração de empregos formais assalariados, e assim, gerando um desenvolvimento econômico com inclusão social via trabalho. Nota-se no gráfico 3.3, que o percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada sobre o total de

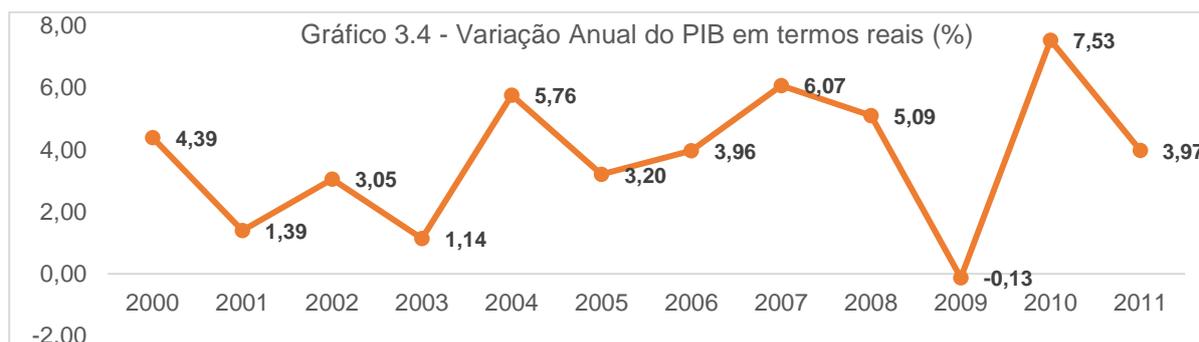
empregados no trabalho principal passa a crescer sucessivamente a partir do ano de 2004, com maior intensidade a partir de 2006, frutos dessas políticas. Esse crescimento na quantidade de pessoas com emprego formal, aliada a política de valorização do S.M. e a adoção das políticas de transferência de renda mencionadas anteriormente, ajudam na recuperação e no aumento do poder de compra, principalmente das camadas baixas da população. Assim, o padrão de consumo das famílias passa por uma transformação que incorpora mais bens e serviços na cesta de consumo, aumentando a demanda agregada da economia como um todo. Além disso, o maior assalariamento formal também teve impactos no sistema de seguridade social, com um maior número de pessoas contribuindo para o sistema. A maior abrangência das políticas de transferência de renda e assistência social colaboraram também para a retirada de uma parcela de pessoas do mercado de trabalho, ajudando no crescimento dos salários e menor taxa de desemprego (MEDEIROS, 2015a).



Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração Própria

Dessa forma, foi abordado a importância do salário mínimo nesse período de grande expansão da economia brasileira entre 2003-2010, que agiu como redutor de desigualdades salariais principalmente na base da pirâmide de renda, e, ao mesmo tempo, aumentou a massa de salários da economia. Aliados com os outros programas de transferência de renda, e também com o aumento da taxa de emprego formal, esses elementos ajudam a explicar a expansão do consumo das famílias, que é um dos fatores explicativos para o crescimento econômico do período 2003-2010, a ser discutido nos parágrafos abaixo.

O gráfico 3.4 mostra os dados de crescimento real do PIB nesse período, que foi de 1,14% em 2003 e um aumento de 5,76% em 2004 e 3,20% em 2005. A explicação para o maior crescimento real do PIB em 2004-2005 deve-se, tal como será apontado logo mais no gráfico 3.5, pela grande contribuição do crescimento do consumo das famílias (FEVEREIRO, 2016).



Fonte: Banco Mundial; Elaboração Própria

O pilar do crédito se torna um importante elemento de possibilidade de consumo das famílias a partir de medidas tomadas pelo governo, que passa a incluir uma parte da população que antes não possuía acesso, e barateando o seu custo via diminuição de riscos nos empréstimos. O início desse processo ocorre com a promulgação da lei de acesso ao crédito consignado em 2003, que beneficiam principalmente servidores públicos, aposentados e alguns regimes de contratação CLT, um tipo de crédito que é mais barato e com risco menor.

Borça Jr. e Coutinho (2010, p. 5) apontam que a “expansão do crédito às pessoas físicas contribuiu com 36% do crescimento anual das vendas no varejo entre 2004 e 2009”, e dessa

forma, confirma a grande importância do crédito aliado a melhoria da distribuição de renda no período analisado neste relatório. Borça Jr. e Coutinho (2010) também apontam que o aumento do crédito para PF explicou 27% do crescimento econômico entre 2004 e 2009, e dessa forma, a expansão média do PIB neste mesmo período (2004-09), sairia de 4% a.a. para 2,9% a.a. caso não houvesse a expansão do crédito para P.F, tendo um grande impacto no crescimento do PIB devido à alta participação do consumo das famílias no PIB, com cerca de 60% de participação entre 2003-2008, e dessa forma, a sua variação contribui relativamente mais para o crescimento do que outros componentes (MEDEIROS, 2015b, p. 12). O gráfico 3.5 abaixo mostra um forte crescimento real do consumo das famílias a partir de 2004.



Fonte: Banco Central do Brasil; Elaboração Própria

Um dos grandes motores de crescimento do mercado interno no período se dá com os investimentos públicos. O número impressiona, já que segundo dados de Carvalho (2018), entre 2006-2010, o investimento do governo central tem uma taxa média de 27,6% ao ano em termos reais, sendo um salto expressivo ao analisar os anos anteriores de 2003-2005, em que caem em média 14,7% reais, e de 2% ao ano entre 1999-2002 (CARVALHO, 2018, p. 28).

O governo passa a ter uma política de investimentos públicos com mais recursos e prioritária, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007 (BARBOSA e SOUZA, 2010). O PAC em 2007 deu atenção para pontos cruciais da infraestrutura física e social do país, com os principais destinos do programa sendo as obras nas áreas de energia, infraestrutura social e urbana, e infraestrutura logística. Seu grande impacto se deve por dinamizar um setor da economia que pela literatura é de crucial importância por trazer consigo toda uma cadeia produtiva direta e indireta, e além disso ser intensivo em capital e mão de obra, expandindo seus efeitos econômicos. Além disso, ao investir em saneamento, habitação, rodovias, portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, o país supre lacunas presentes nessas áreas, além de facilitar o escoamento de produtos e tem efeitos sociais. Nesse período, os maiores investimentos privados eram feitos por causa da perspectiva de demanda futura, pelas condições criadas pelo governo anteriormente, tais como o crescimento do consumo induzido via crédito e renda

Concluindo, o ano de 2003 é caracterizado por um crescimento puxado pelo crescimento dos preços das *commodities* exportadas pela economia brasileira, contribuindo para o alívio da restrição externa de reservas internacionais e possibilitando assim uma mudança na política econômica a partir dos anos seguintes. Este crescimento é explicado pela literatura empírica devido à retomada de crescimento da economia mundial e uma expansão da economia chinesa, que estimulam as exportações brasileiras. Entre 2004-2005, há uma recuperação do consumo das famílias, que contribui fortemente para o crescimento do PIB nesse período. O segundo período, entre 2006 até 2008, é marcado por uma mudança no rumo da política econômica, que passa a ter maiores gastos públicos destinados aos investimentos públicos em infraestrutura física e social, e continua-se a acumular reservas internacionais. E finalmente o último período analisado, entre 2008 até 2010, a economia brasileira passa por uma queda do crescimento econômico em 2009, que é logo revertido devido à continuação e expansão das políticas econômicas adotadas anteriormente, com a utilização das reservas internacionais para evitar o retorno da restrição externa ao crescimento econômico.

#### 4- AGRADECIMENTOS

Agradeço fortemente ao Serviço de Apoio ao Estudante da Unicamp, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financiaram essa pesquisa. Além disso, agradeço

o meu orientador, Lucas Teixeira, por ter me guiado nessa pesquisa. Agradeço também a todos que estiverem direta ou indiretamente contribuído com essa pesquisa e a minha trajetória acadêmica.

## 5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA FILHO, N. H. "Dez anos de política econômica." In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma, editado por Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARBOSA, N. e SOUZA, J. A. P. (2010) 'A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda', in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) Brasil: entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo.
- Borça Jr., G.; Coutinho, L. (2010). Crédito à pessoa física responde por 27% do crescimento da economia entre 2004 e 2009. Visão do Desenvolvimento BNDES, (84).
- CARDOSO JUNIOR, José Celso. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 29, n. 4, p. 357-376, dez. 2009.
- CARNEIRO, R. Desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos, Texto preparado para o 7º Fórum de Economia da FGV-SP. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/16904>>. 2010.
- CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.
- CARVALHO, L.; RUGITSKY, F. "Growth and distribution in Brazil in the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate". Working paper, Department of Economics, FEA/USP, n. 2015-25.
- FEVEREIRO, J. B. (2016), Decomposição da taxa de crescimento do PIB pelo lado da demanda: uma metodologia alternativa. Nota Técnica, Carta de Conjuntura [30], IPEA, março de 2016.
- IPEA. Equidade Fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social. Comunicado n. 92. Brasília: IPEA, 2011.
- MEDEIROS, C. A. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. Economia e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 2, p. 263-292, ago. 2015a.
- \_\_. Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira. Brasília: Ipea, 2015b. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25097](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=25097)>. Acesso em: 31. jan. 2020.
- ROSSI, P. MELLO, G. (2016) Componentes Macroeconômicos e Estruturais da Crise Brasileira: o Subdesenvolvimento Revisitado, Brazilian Keynesian Review, 2 (2), p.252-263.
- SABOIA, João; HALLAK NETO, João. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000\*. Econ. soc., Campinas, v. 27, n. 1, p. 265-285, abr. 2018.
- SERRANO, F. e SUMMA, R. 2011. "Macroeconomic Policy, Growth and Income Distribution in the Brazilian Economy in the 2000s." Investigación Económica 71.282: 55-92.
- \_\_. Conflito Distributivo e o Fim da "Breve Era de Ouro" da Economia Brasileira. Novos estud. CEBRAP [online]. 2018, vol.37, n.2, pp.175-189.